opusdei.org

A luz da fé (10): Os livros de Deus: a Sagrada Escritura

Na Sagrada Escritura ouvimos a Palavra de Deus. Para ajudar-nos a compreendê-la, convém conhecer a tradição da Igreja e recorrer ao Espírito Santo.

23/10/2018

É normal em qualquer comunidade humana que sejam relatadas histórias sobre as próprias origens. Uma reunião familiar, como uma festa de aniversário costuma ser uma

ocasião de lembrar acontecimentos importantes ou significativos: uma história dos avós, os méritos de algum antepassado ilustre, a fundação de uma cidade ou a independência de uma nação. Essas narrações não são um simples passatempo ou exercício puramente saudoso da memória, mas contribuem para a formação da identidade da família ou grupo. Desse modo, os membros mais novos descobrem donde vêm e compreendem melhor quem são. Assim se via o povo de Israel, e assim transmitiu as obras do Senhor de geração em geração: “O que ouvimos e aprendemos e os nossos antepassados nos transmitiram , não o ocultaremos aos seus descendentes; tudo contaremos às gerações vindouras; as glórias do Senhor e o seu poder, e as maravilhas que Ele fez”[1]. Também a Igreja — novo povo de Deus — é uma família que recorda e atualiza constantemente os

factos que estão na sua origem: a história do antigo Israel e, acima de tudo, a morte e ressurreição de Jesus.

Por vezes, esses relatos familiares ou populares são escritos e, depois de receber uma elaboração literária mais ou menos complexa segundo os casos, podem chegar a ser considerados obra de referência para a comunidade em que surgiram. Alguns povos antigos atribuíam as suas próprias escrituras a uma origem divina: para eles, esses livros tinham sido escritos diretamente pelos deuses do céu. Mas quando a Igreja afirma que "Deus é o autor da Sagrada Escritura"[2], quer dizer com isto que também crê que os seus livros *caíram* do céu? Como explica a fé católica a origem das Escrituras? Qual é a sua relação com a Igreja?

Que significa que Deus seja o autor da Bíblia e que nos fale por meio dela?

A fé anuncia um Deus que criou o céu e a terra, e que respeita a autonomia da sua própria obra. Não procura dominar a inteligência nem a liberdade das criaturas racionais. Também não impõe a sua salvação ao homem, mas propõe -a para que, se quiser, a acolha com todo o seu coração. De modo análogo, ao dar-se a conhecer aos seres humanos, quis servir-se de uma linguagem que seja compreensível, pois a língua com que o Pai, o Filho e o Espírito Santo se comunicam eternamente entre si — o "idioma divino" — não é acessível para nós.

Por isso, a Igreja explica que Deus dá a conhecer o seu amor aos homens, e leva a cabo o seu plano de salvação, agindo e falando "por meio dos homens e de modo humano"[3].

À luz do mistério de Jesus Cristo, a "plenitude de toda a revelação"[4], é mais fácil entender essa lógica

divina. Ele é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A sua humanidade é caminho para conhecer o mistério de Deus. Isso não impede que, pela sua dimensão humana, tenha querido compartilhar as nossas limitações, exceto o pecado. Não somente teve fome e sede ou ficou cansado, mas também deve ter experimentado o esforço de aprender a ler, de instruir-se na profissão que S. José lhe ensinava, etc. Era Deus, porém não renunciou às limitações próprias do que é humano.

Jesus Cristo quis falar-nos com palavras humanas, comunicar-nos a sua mensagem de salvação com os modos de exprimir-se de uma época concreta. Analogamente, quando a Igreja fala de “inspiração divina” da Escritura, afirma que o Espírito Santo é o autor principal dos livros sagrados, mas isso não quer dizer

que estejam isentos dos limites próprios de qualquer obra humana.

Na Sagrada Escritura, “a palavra de Deus, exprimida em línguas humanas, assemelha-se à linguagem humana, como a Palavra do Pai eterno, assumindo a nossa débil condição humana, se fez semelhante aos homens”[5].

A dimensão humana da Bíblia torna-nos acessível a Palavra de Deus. Mas também significa que, ao lê-la, nos deparemos com alguns limites. No entanto, nem sempre se percebe todo o alcance, nem se aceitam todas as consequências do anterior. Concretamente, alguns têm uma visão demasiado simplista da Bíblia, de modo que não deixam espaço para qualquer tipo de imperfeição.

Como explicava S. João Paulo II, tais pessoas “têm a tendência a crer que, sendo Deus o Ser absoluto, cada uma das suas palavras tem um valor

absoluto, independente de todos os condicionamentos da linguagem humana”[6]. Parece que isso é mais respeitoso com a grandeza de Deus, porém, na realidade, equivale a iludir-se e a rejeitar “os mistérios de inspiração relativa à Sagrada Escritura e da Encarnação aderindo a uma falsa noção do Absoluto. O Deus da Bíblia não é um Ser absoluto que, destruindo tudo aquilo que toca, suprimiria todas as diferenças e todos os cambiantes”[7]. Precisamente neste moldar-se ao que é pequeno se manifesta a misericórdia de Deus: esse amor que o leva a adaptar-se aos nossos modos de exprimir-nos, manifestando-se de uma maneira amável, para que a sua grandeza não nos impeça de nos aproximarmos d’Ele.

Vemos isto na obra da Redenção, e também no modo como se dá a conhecer. “Quando se exprime em linguagem humana, Ele não dá a

cada expressão um valor uniforme, mas utiliza-lhe os cambiantes possíveis, com uma flexibilidade extrema, e aceita-lhe igualmente as limitações”[8].

Para evitar uma visão demasiado simplista da Bíblia, é útil lembrar que os livros que a formam forma escritos não somente em diversas épocas, mas também em três línguas diferentes: hebraico, aramaico e grego. Os textos foram escritos por seres humanos, por meio dos quais Deus atuou, sem que, por isso, eles deixassem de ser verdadeiros autores dos seus livros[9].

Assim, por exemplo, quando S. Paulo manifesta a uns cristãos sua indignação com palavras fortes, dizendo: “Ó gálatas insensatos!” (*Gl* 3,1; cfr. 3,3), é ele que está furioso, não o Espírito Santo! Com certeza, S. Paulo admoesta movido pelo Espírito Santo, mas usa um modo de se

exprimir de acordo com o seu caráter e os usos linguísticos do ambiente em que vivia.

A Tradição, acrescentos da Igreja à Bíblia?

Outra consequência do carácter divino e humano da Sagrada Escritura é a sua relação com a Igreja. A Bíblia não *caiu* diretamente do céu, mas é a Igreja que no-la apresenta, assegurando-nos que Deus nos fala hoje pela Sagrada Escritura. Voltando ao que foi dito no início, o povo de Israel e a Igreja são a família ou comunidade na qual nasceram, tomaram forma e foram transmitidas as narrações, profecias, orações, exortações, provérbios e outros textos que encontramos no Antigo e no Novo Testamento.

Em sentido próprio, a fonte, o ponto de partida ou origem da revelação, é um só: Deus, que se manifestou de modo pleno no seu Filho feito

homem, Jesus Cristo. Ele é a Revelação de Deus. A vida e os ensinamentos de Jesus, e especialmente sua paixão, morte e ressurreição — acontecidas “segundo as Escrituras” (cf. 1 *Cor* 15, 3-4) — constituem o anúncio que Ele mesmo manda os apóstolos pregar em todo o mundo.

Esta boa notícia, o Evangelho, transmitido de maneira viva na Igreja, é o conteúdo fundamental da Tradição apostólica, que é escrita (dando origem ao Novo Testamento) e também transmitida na vida da Igreja: o modo de ensinar a fé, a forma que a oração assume na liturgia, o estilo de vida que propõe quando fala de moral.

A Tradição é a própria vida da Igreja enquanto transmite o Evangelho. Por isso, não é correto entendê-la como se fosse somente uma parte da Revelação, que estaria formada pelas

verdades que não aparecem claramente na Bíblia. Também não se reduz a fórmulas e práticas que foram sendo acrescentadas com o tempo, nem aos ensinamentos dos Padres ou dos Concílios. Essa confusão encontrava-se em alguns autores que falavam da Bíblia e da Tradição como se ambas fossem as "duas fontes" da Revelação divina. Algumas verdades da fé seriam conhecidas graças à Escritura e outras graças à Tradição: por exemplo, que o primado de Pedro encontra-se nos Evangelhos (cfr. *Mt* 16, 17–19; *Lc* 22, 31–32; *Jo* 21, 1–19), masa Assunção de Nossa Senhora não aparece explicitamente no Novo Testamento.

Parecia um esquema simples que resolvia muitos problemas. No entanto, pensar que dispomos de duas fontes de Revelação, como se Deus nos falasse ou por uma ou por outra, não corresponde à realidade.

A Bíblia chega até nós *dentro* da Tradição da Igreja, fazendo parte dela, e não de modo separado.

Todos os católicos — pelo facto de viverem e difundirem a fé — são sujeitos ativos da Tradição, tal como todos os membros de uma família participam de alguma maneira na comunicação da sua identidade. A vida santa dos que seguem Cristo vai manifestando os diferentes aspetos do Evangelho, como diz o Papa Francisco: "Cada santo é uma missão; é um projeto do Pai para refletir e encarnar, em um momento determinado da história, um aspeto do Evangelho"[10]. Nada, nem ninguém fica fora: "a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é e tudo quanto acredita"[11].

Porquê ler tendo em conta a Tradição?

A Tradição da Igreja é viva. Isso contrasta com a conceção que se têm às vezes da “tradição” ou “tradições” como coisas do passado: as tradições ancestrais de um povo, as festas tradicionais ou inclusive os trajes tradicionais. Na Igreja, a Tradição vem do passado, mas não fica nele. Para explicá-lo, Bento XVI usa uma comparação iluminadora: “A Tradição não é transmissão de coisas ou de palavras, uma coleção de coisas mortas. A Tradição é o rio vivo que remonta às origens, o rio vivo em que as origens estão sempre presentes”[12].

Dentro desse rio vivo, que nasce de Cristo e que nos traz o próprio Cristo, a Igreja recebe e transmite uma coleção de livros que são lhe dados como testemunho inspirado da Revelação divina, isto é, um conjunto de Escrituras que comunicam o que o próprio Deus quis que ficasse consignado por escrito para a nossa

salvação. “Mediante a mesma Tradição, conhece a Igreja o cânone inteiro dos livros sagrados, e a própria Sagrada Escritura entende-se nela mais profundamente e torna-se incessantemente operante; e assim, Deus, que outrora falou, dialoga sem interrupção com a esposa do seu amado Filho”[13].

A Tradição, que é o lar onde nasce a Sagrada Escritura, torna-se também caminho para compreendê-la melhor. Acontece algo similar ao exercício que fazemos para apreciar toda a riqueza de uma obra literária: não ésuficiente fazer uma leitura isolada dela, mas prestamos atenção ao contexto em que foi escrita, o horizonte intelectual do autor, à comunidade onde teve origem.

Assim, quando a Igreja indica que a Tradição viva é um critério de interpretação da Bíblia,[14] ou mantém que o “lugar originário da

hermenêutica da Bíblia”[15] é a Igreja, o que está propondo é que uma leitura realizada em comunhão com todos os que acreditaram em Cristo nos abre às riquezas da Sagrada Escritura. É evidente que qualquer pessoa pode ler e, em certa medida, entender a Bíblia, mesmo sem receber o dom da fé.

A diferença está em que, quando um batizado lê os livros bíblicos, não o faz procurando somente decifrar o conteúdo de uns textos antigos, mas propõe-se descobrir a mensagem que Deus quis deixar neles e que agora quer comunicar.

A partir desta perspetiva, também se entende melhor por que para compreender a Bíblia se aconselha tanto recorrer ao Espírito Santo. Antes da sua morte, Jesus anunciou aos seus discípulos que o Espírito Santo lhes ensinaria e lhes recordaria tudo o que ele lhes disse

(cf. *Jo* 14, 26) e que este os levaria à verdade inteira (cf. *Jo* 16, 13).

A leitura da Sagrada Escritura é um momento privilegiado em que se torna realidade esta promessa: o Espírito Santo, autor dos livros sagrados, faz com que entendamos melhor a vida e ensinamentos de Cristo recolhida nos evangelhos, anunciada pelos profetas e explicadas na pregação apostólica.

O Espírito Santo é o vínculo de amor entre os que creem, e nos introduz à comunhão com a Igreja de todos os tempos. O Espírito Santo é "por quem a voz do Evangelho ecoa viva na Igreja, e por ela no mundo"[16].

Juan Carlos Ossandón

Bibliografia

– Concilio Vaticano II, Const. *Dei Verbum* (18-XI-1965).

– *Catecismo da Igreja Católica*, nn. 50–141.

– S. João Paulo II, Discurso *De tout coeur*, 23-IV–1993.

– Bento XVI, *Audiência geral*, 26-IV-2006; Ex. Ap. *Verbum Domini* (30-IX-2010), especialmente a primeira parte.

* * *

– G. Aranda Pérez, «Inspiración de la Sagrada Escritura» em C. Izquierdo (ed.), *Diccionario de teología*, Eunsa, Pamplona 2014, 511-517.

– V. Balaguer, «La Constitución dogmática *Dei Verbum*», *Annuarium Historiae Conciliorum* 43 (2011) 271–310.

– J. Dupont, «Écriture et Tradition», *Nouvelle revue théologique* 85 (1963) 337-356.

– C. Izquierdo, «Tradición» en C. Izquierdo (ed.), *Diccionario de teología*, Eunsa, Pamplona, 2014.

– J. Ratzinger, *A minha vida,* Livros do Brasil, Lisboa 2005, capítulo “Começo do Concílio e mudança para Münster”.

---

[1] Sal 78,3-4. Cf. Francisco, Ex. ap. *Amoris Laetitia* (19-III-2016), n. 16.

[2] Catecismo da Igreja Católica, n. 105.

[3] Concilio Vaticano II, Const. Dei Verbum, n. 12.

[4] Ibid., n. 2.

[5] *Dei Verbum*, n. 13. Antes da Dei Verbum, essa analogia tinha sido proposta pelo papa Pio XII na encíclica Divino Afflante Spiritu (30-

IX-1943), n. 24 (EB 559; EB = Enchiridion Biblicum). Depois fizeram-na sua S. João Paulo II (Discurso *De Tout Coeur*, 23-IV-1993, nn. 6-7; EB 1245-1246), o *Catecismo da Igreja Católica* (n. 101) e Bento XVI (Ex. Ap.*Verbum Domini*, 30-IX-2010), n. 18).

[6] S. João Paulo II, *São João Paulo II, Sobre a Interpretação da Bíblia na Igreja*, 23-IV-1993, n. 8 (EB 1247).

[7] Ibidem.

[8] Ibidem.

[9] Cf.. *Dei Verbum*, n. 11.

[10] Francisco, Exp. ap. *Gaudete et exsultate* (19-III-2018), n. 19.

[11] *Dei Verbum*, n. 8.

[12] Bento XVI, Audiência geral, 26-IV-2006.

[13] *Dei Verbum*, n. 8.

[14] Cfr. *Dei Verbum*, n. 12.

[15] Cfr. *Verbum Domini*, nn. 29-30.

[16] *Dei Verbum*, n. 8.

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de https://opusdei.org/pt-pt/article/sagrada-escritura-tradicao-biblia/ (12/12/2025)